



ASSOCIAÇÃO
DOS MAGISTRADOS
BRASILEIROS

Coordenação científica

Luis Felipe Salomão

Reynaldo Soares da Fonseca

Renata Gil de Alcantara Videira

Patrícia Cerqueira Kertzman Szporer

Daniel Castro Gomes da Costa

SISTEMA PENAL CONTEMPORÂNEO

Uma obra coletiva voltada para a temática do Sistema Penal, com o propósito de propiciar um espaço fecundo para que associados e prestigiados juristas brasileiros e estrangeiros possam apresentar seus pontos de vista acerca do que há de mais atual nas ciências criminais. O advento de atualizações na jurisprudência e na legislação penal e processual penal, mormente a introdução do chamado “pacote anticrime” (Lei nº 13.964, de 24 de dezembro de 2019), também inspirou a idealização e concepção da presente obra. O resultado foi a compilação de artigos de extrema densidade e pertinência para as questões atuais do Sistema penal. Além dos consagrados autores, visando aprofundar as discussões e extrair diferentes pontos de vista, foram convidados estudiosos internacionais, que ampliam os horizontes, trazendo novas perspectivas de análise a partir de seus países. Consciente do seu papel junto à sociedade, a AMB percebe a necessidade de consolidar igualdade e justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, além de fortalecer o compromisso de todos os atores políticos e dos cidadãos com o cumprimento de suas regras. De tal modo, as proficientes reflexões que compõem essa obra iluminam questões essenciais ao contínuo aprimoramento do direito penal e processual penal moderno.

Área específica

DIREITO PENAL

Áreas afins

DIREITO PROCESSUAL PENAL,
DIREITO CONSTITUCIONAL,
DIREITOS HUMANOS, SOCIOLOGIA,
DIREITO PÚBLICO, DIREITO ELEITORAL

Público-alvo/consumidores

Magistrados, advogados, membros do Ministério Público, procuradores, promotores, acadêmicos e áreas afins.

FORMATO: 17x24 cm

CÓDIGO: 10002975

SI623	Sistema penal contemporâneo / Associação dos Magistrados Brasileiros [et al.] ... (Coord.).- Belo Horizonte : Fórum, 2021.
	584p. ; 17cm x 24cm. ISBN: 978-65-5518-205-7
	1. Direito Penal. 2. Direito Processual Penal. 3. Direito Constitucional. I. Associação dos Magistrados Brasileiros II. Salomão, Luis Felipe. II. Fonseca, Reynaldo Soares da. III. Videira, Renata Gil de Alcantara. IV. Szporer, Patrícia Cerqueira Kertzman. V. Costa, Daniel Castro Gomes da. VI. Título.
	CDD: 341.2 CDU: 342

Elaborado por Daniela Lopes Duarte - CRB-6/3500

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS BRASILEIROS; SALOMÃO, Luis Felipe; FONSECA, Reynaldo Soares da; VIDEIRA, Renata Gil de Alcantara; SZPORER, Patrícia Cerqueira Kertzman; COSTA, Daniel Castro Gomes da (Coord.). *Sistema penal contemporâneo*. Belo Horizonte: Fórum, 2021. 584p. ISBN 978-65-5518-205-7.

LUIS FELIPE SALOMÃO

Ministro do Superior Tribunal de Justiça e Corregedor-Geral da Justiça Eleitoral, foi Promotor de Justiça, Juiz de Direito e Desembargador. É professor Emérito da Escola da Magistratura do Rio de Janeiro e da Escola Paulista da Magistratura. Doutor honoris causa em Ciências Sociais e Humanas pela Universidade Cândido Mendes e Professor honoris causa da Escola Superior da Advocacia – RJ. É Coordenador do Centro de Inovação, Administração e Pesquisa do Judiciário da Fundação Getulio Vargas (EBAPE/FGV), Diretor do Centro de Pesquisas Judiciais da Associação dos Magistrados Brasileiros (CPJ/AMB) e Presidente do Conselho Editorial da Revista Justiça & Cidadania. É professor universitário, autor de diversos artigos e livros jurídicos, além de palestrante no Brasil e no exterior.

REYNALDO SOARES DA FONSECA

Pós-Doutor em Democracia e Direitos Humanos pelo Centro de Direitos Humanos (IGC) da Universidade de Coimbra. Doutor em Direito Constitucional pela Faculdade Autônoma de São Paulo (FADISP), com pesquisa realizada na Universidade de Siena, na Itália. Mestre em Direito Público pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Ministro do Superior Tribunal de Justiça. Professor Adjunto da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), em colaboração técnica na Universidade de Brasília – UNB. Professor do Mestrado Profissional da Universidade de Brasília (UNB).

RENATA GIL DE ALCANTARA VIDEIRA

Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros. É Juíza titular da 40ª Vara Criminal do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ). Mestranda em Direito pelo Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP), especialista em Segurança Pública pela Universidade Federal Fluminense (NUCLEF-UFF) e formada em Direito pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Em 2018, ganhou o prêmio Diploma Mulher-Cidadã Carlota Pereira de Queirós da Câmara dos Deputados. Foi coordenadora adjunta da pesquisa “Quem somos. A magistratura que queremos” e ministra cursos para juízes e promotores em Angola no combate à corrupção e lavagem de dinheiro.

PATRÍCIA CERQUEIRA KERTZMAN SZPORER

Juíza do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, é Doutoranda em Direito no Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP), Mestre em Poder Judiciário pela Fundação Getulio Vargas (FGV), pós-graduada e especialista em Direito Penal e em Direito, Justiça e Cidadania e graduada em Direito pela Universidade Federal da Bahia. Foi Diretora da Escola Judiciária Eleitoral do TRE/BA. É formadora e tutora integrante da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (ENFAM), Secretária-Geral do Centro de Pesquisas Judiciais da Associação dos Magistrados Brasileiros (CPJ/AMB) e Coordenadora-Geral da Escola Nacional de Magistratura.

DANIEL CASTRO GOMES DA COSTA

Juiz Membro do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul e Advogado. Pós-Doutor em Democracia e Direitos Humanos pelo Centro de Direitos Humanos da Universidade de Coimbra (Portugal), com período de pesquisa na Harvard Law School (EUA). Doutor em Ciências Jurídicas pela Universidade Autónoma de Lisboa (Portugal). Juiz Titular do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul. Vice-Presidente da Comissão Especial de Direito Eleitoral do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil. Membro da Comissão Especial de Direito Regulatório do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil. É professor em diversos cursos de pós-graduação em Direito Eleitoral e Administrativo. Autor de diversas obras jurídicas, dentre as principais: Curso de Direito Processual Eleitoral (Fórum), Democracia, Justiça e Cidadania (Fórum), Direito Eleitoral Comparado (Fórum), Direito Regulatório (Fórum), Segurança Jurídica e as Alterações na Jurisprudência Tributária (Ed. Pillares) e Comentários à Minirreforma Eleitoral (Ed. Pillares).

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	17
-------------------	----

COMPETÊNCIA CRIMINAL DA JUSTIÇA ELEITORAL: EXTENSÃO E PERSPECTIVAS

Sérgio Silveira Banhos, Daniel Castro Gomes da Costa	21
1 Introdução	21
2 A competência da Justiça Eleitoral brasileira no âmbito criminal	22
2.1 Crimes eleitorais em espécie.....	28
2.2 Crimes comuns conexos a crimes eleitorais e o novel julgado do Supremo Tribunal Federal.....	31
3 Breve análise de legislações estrangeiras relativas a crimes eleitorais: Alemanha, Itália, Estados Unidos e Chile.....	34
4 Conclusão	37
Referências.....	38

A PROGRESSÃO DE REGIMES PARA CRIMES HEDIONDOS APÓS A LEI Nº 13.964/19

Reynaldo Soares da Fonseca, Humberto Barrionuevo Fabretti	41
Introdução	41
1 A progressão de regimes de cumprimento de pena	42
2 A Lei de Crimes Hediondos e a progressão de regimes diferenciada.....	42
2.1 O contexto da Lei de Crimes Hediondos.....	42
2.2 A progressão diferenciada de regimes.....	43
2.3 Critérios jurisprudenciais para a aplicação da progressão de regimes	44
3 A Lei nº 13.964/2019 (Pacote Anticrime) e a progressão de regime para crimes hediondos e equiparados	46
3.1 O contexto da Lei nº 13.964/2019.....	46

3.2	Os novos critérios para progressão de regimes	46
3.3	Progressão de regimes para crimes hediondos: <i>novatio legis in melius?</i>	47
	Conclusões.....	50
	Referências.....	51

JUSTIÇA RESTAURATIVA – UM IMPORTANTE INSTRUMENTO PARA A SOLUÇÃO CONSENSUAL DE CONFLITOS

Humberto Martins	53	
1	Introdução	53
2	Justiça Restaurativa	54
2.1	Conceito	54
2.2	Objetivos	55
2.3	Diretrizes	56
3	Por que a justiça restaurativa?	57
3.1	A perspectiva de Aersten	57
3.2	O macroprincípio da fraternidade	58
3.3	O acesso à Justiça e os meios consensuais de solução de controvérsia	60
4	Conclusão	61
	Referências.....	62

INTEGRAÇÃO NA ÁREA DA SEGURANÇA PÚBLICA: O GRANDE DESAFIO CONSTITUCIONAL

Alexandre de Moraes.....	63	
I	Introdução	63
II	Necessidade de integração operacional e de inteligências.....	64
III	Competência legislativa federal e segurança pública	66
IV	Competências delegada e concorrente dos Estados membros e segurança pública	70
V	Conclusão	72
	Referências.....	73

A FORMAÇÃO DE PRECEDENTES NO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA E SUA EFICÁCIA VERTICAL NO SISTEMA DE JUSTIÇA PENAL BRASILEIRO

Og Fernandes, Frederico Augusto Leopoldino Koehler, Jorge André de Carvalho Mendonça.....	75	
	Introdução	75
1	A legitimidade filosófica do <i>stare decisis</i>	76
2	A teoria dos precedentes sob o ponto de vista dogmático.....	78
3	A teoria dos precedentes no sistema de justiça penal.....	81
4	Os precedentes criminais oriundos do Superior Tribunal de Justiça	84
	Conclusões.....	88
	Referências.....	89

A ADOÇÃO DO SISTEMA ACUSATÓRIO NA PERSECUÇÃO DAS INFRAÇÕES PENAIS PERPETRADAS NO ÂMBITO DE EMPRESAS E DE ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS E O SEU IMPACTO NO EXERCÍCIO DA JURISDIÇÃO

Nilson Soares Castelo Branco.....	93	
1	Introdução	93
2	O ponto de partida: a matriz constitucional do sistema acusatório brasileiro.....	94
3	A importância da confrontação dos postulados do sistema acusatório à praxis judicial.....	99
4	O controle judicial de práticas persecutórias que violem direitos e garantias individuais.....	100
5	A admissibilidade da acusação e seus limites.....	102
6	A análise das provas apresentadas pela acusação e o impacto sobre o exercício da jurisdição.....	106
7	A valoração das provas e a refutabilidade da pretensão acusatória em confronto com as teses defensivas.....	109
8	Conclusão	114
	Referências.....	114

A PERSECUÇÃO DA LAVAGEM DE CAPITAIS COMO POLÍTICA PÚBLICA

FOMENTADA PELO MINISTÉRIO PÚBLICO PARA A TUTELA DO MEIO AMBIENTE

Rafael Schwez Kurkowski, Francisco de Assis Machado Cardoso.....	117
Introdução	117
1 O Ministério Público como fomentador de política pública.....	121
2 A efetividade da persecução da lavagem de capitais como política pública para a tutela do meio ambiente.....	126
Conclusões.....	130
Referências.....	131

“AUTORICICLAGGIO”: NOTAS DE DIREITO COMPARADO SOBRE O CRIME DE AUTOLAVAGEM NO DIREITO ITALIANO

Ney de Barros Bello Filho, Bruno Hermes Leal.....	135
Introdução	135
1 “Privilégios anacrônicos”	138
1.1 Itinerários normativos	139
1.2 Morfologia típica	142
2 “Ainda o silêncio...”	144
2.1 Segura responsabilização.....	145
2.2 Unitário desvalor.....	149
2.3 Sanções individualizadas.....	152
Conclusões.....	153
Referências.....	154

CONFISCO DE BENS TRAVESTIDO DE EFEITO DA CONDENAÇÃO

Cezar Roberto Bitencourt.....	159
1 Considerações introdutórias.....	159
2 Inconstitucionalidade do art. 91-A (art. 5º, XLV)	162
3 Ilegalidade e inconstitucionalidade do confisco de bens de terceiros.....	166
4 Indispensável instrução paralela e forma procedimental desse confisco do art. 91-A	166
5 Distinção entre “confisco-pena” e “confisco-efeito da condenação”	167
5.1 A inexistência de limites no “confisco” previsto no art. 91-A	169
6 Natureza jurídica dessa expropriação sem causa material	170
7 A indispensável instrução paralela sobre a origem dos bens	170
8 Alguns aspectos procedimentais nos casos suspeitos.....	173
9 A modo de conclusão.....	174
Referências.....	175

CRIMEN ORGANIZADO TRANSNACIONAL Y ESTRATEGIAS PROCESALES EN SU PERSECUCIÓN

Paula Andrea Ramírez Barbosa	177
1 Introducción	177
2 Concepto y delimitación del crimen organizado trasnacional	178
3 Características relevantes del crimen organizado trasnacional	179
4 Principales tipologías de la delincuencia organizada trasnacional	183
5 Los principios rectores de las estrategias procesales contra el crimen organizado trasnacional (TEIs).....	185
5.1 Principios rectores de las Técnicas Especiales de Investigación:	185
6 Algunas técnicas especiales de investigación contra el crimen organizado trasnacional	186
6.1 El agente encubierto	186
6.2 La entrega vigilada.....	187
6.3 La vigilancia electrónica.....	188
6.4 La cooperación internacional.....	189
6.5 La extinción del derecho de dominio	190
6.6 Justicia negociada y consensuada	191
7 Retos y propuestas	192
8 Conclusiones	193
Referencias.....	194

DAS VISITAS DA COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS À RECOMENDAÇÃO Nº 62 DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA: OS PROBLEMAS E MAZELAS DO SISTEMA CARCERÁRIO BRASILEIRO

Edson Medeiros Branco Luiz, Luiz Henrique Camandaroba Castelo Requião.....	197
I Introdução	197

1	A Organização dos Estados Americanos	197
II	Desenvolvimento.....	199
2	Sistema Interamericano de Direitos Humanos e a incorporação da Convenção Interamericana de Direitos Humanos	199
3	A Comissão Interamericana de Direitos Humanos e a Corte Interamericana de Direitos Humanos.....	204
4	Visitas da Comissão à República Federativa do Brasil	206
5	Conselho Nacional de Justiça: Recomendação nº 62.....	209
6	Sistema carcerário brasileiro.....	211
III	Conclusão	219
	Referências.....	219

DEMOCRACIA V. CORRUPÇÃO ELEITORAL. INTEGRIDADE DAS ELEIÇÕES, GENUINIDADE DO VOTO POPULAR E VERDADE ELEITORAL

	Maria Benedita Malaquias Pires Urbano.....	221
1	Notas introdutórias	221
2	A corrupção eleitoral e outras realidades afins: manipulação, fraude e pressão sobre o eleitor.....	224
3	Instrumentos de combate à corrupção eleitoral e à manipulação eleitoral em geral	228
4	A corrupção eleitoral no ordenamento jurídico português	230
5	Notas conclusivas.....	232
	Referências.....	233

ESTADO DE DIREITO E A FUNÇÃO DE PROTEÇÃO DOS BENS JURÍDICOS MAIS RELEVANTES COMO ALICERCE DE UMA CONCEPÇÃO DEMOCRÁTICA DE DIREITO PENAL E DE PENA JUSTA

	Gabriel Wedy, Miguel Tedesco Wedy	235
1	Introdução	235
2	Proteção dos bens jurídicos mais relevantes como função do Direito Penal, relação de cuidado de perigo e a busca de uma pena justa.....	236
3	Conclusão	244
	Referências.....	245

LIÇÕES E DESAFIOS DO COMBATE À CORRUPÇÃO NO BRASIL

	José Antonio Dias Toffoli	247
1	Introdução	247
2	Sistema político e corrupção no Brasil	247
3	Contexto do combate à corrupção no Brasil.....	248
4	O desafio da segurança jurídica e a atuação do Supremo Tribunal Federal	254
5	Conclusão	258

O CONSENSO NO SISTEMA PROCESSUAL PENAL CONTEMPORÂNEO NO BRASIL E A INTERFACE COM AS INSTÂNCIAS CIVIL E ADMINISTRATIVA

	Humberto Dalla Bernardina de Pinho	261
1	Introdução: a Lei nº 9.099/95 e as ferramentas de composição civil e penal.....	261
2	O acordo de colaboração premiada e de não persecução penal.....	263
3	A interface entre a justiça penal consensual e as instâncias administrativa e civil sancionatórias	269
4	Considerações finais.....	274
	Referências	275

O ENFRENTAMENTO À CORRUPÇÃO NO CENÁRIO PÓS-CONSTITUIÇÃO DE 1988: ANÁLISE DAS PERSPECTIVAS DA SOCIEDADE QUANTO À ATUAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO NO JULGAMENTO DE CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

	Roberto Carvalho Veloso, Marco Adriano Ramos Fonsêca	277
1	Introdução	277
2	O enfrentamento à corrupção no cenário pós-Constituição de 1988: análise das perspectivas da sociedade quanto à atuação do Poder Judiciário no julgamento de crimes contra a Administração Pública.....	278
2.1	As perspectivas da sociedade brasileira quanto ao fenômeno da corrupção obtidas	

	em recentes pesquisas científicas nacionais de opinião pública.....	279
2.2	As percepções do fenômeno da corrupção no Brasil identificadas a partir de pesquisas científicas de opinião elaboradas por organismos internacionais	281
2.3	Análise das percepções da sociedade quanto à atuação do Poder Judiciário e das instituições do sistema de justiça no enfrentamento à corrupção no cenário pós-Constituição de 1988.....	283
3	Conclusões.....	287
	Referências.....	288

O PAPEL DO JUDICIÁRIO NA DETERMINAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS EM FAVOR DA POPULAÇÃO CARCERÁRIA

	Marcus Abraham.....	291
	Introdução	291
1	Mínimo existencial, reserva do possível e a visão dos tribunais superiores	292
2	O guardião das promessas: o Judiciário como ator subsidiário	297
3	A atuação do Judiciário em políticas públicas em favor da população carcerária	299
	Conclusões.....	303
	Referências.....	303

O PLEA BARGAIN E SEUS MARCOS REGULATÓRIOS EM PERSPECTIVA COMPARADA

	Thiago Bottino do Amaral, Lucas Ramos Krause dos Santos Rocha.....	305
1	Introdução	305
2	<i>Plea bargain</i> no sistema jurídico dos Estados Unidos da América.....	308
2.1	Aspectos gerais	308
2.2	Os participantes.....	310
2.3	Críticas desenvolvidas a partir da aplicação prática.....	311
3	Visão geral dos marcos regulatórios do <i>plea bargain</i>	313
3.1	Canadá	314
3.2	Alemanha	315
3.3	Itália	317
3.4	França	317
3.5	Comparação de modelos.....	318
4	A eficiência do <i>plea bargain</i> e a produção legislativa brasileira.....	320
	Conclusões.....	322
	Referências	323

RESULTADOS TARDÍOS Y DIMENSIÓN TEMPORAL DE LA IMPUTACIÓN OBJETIVA

	Carlos Shikara Vásquez Shimajuko.....	327
1	Introducción.....	327
2	Ubicación sistemática del problema.....	329
3	La configuración temporal de la sociedad.....	331
3.1	La estructura temporal cíclica de las sociedades tradicionales	331
3.2	La orientación temporal de la sociedad moderna y la superación social del pasado	333
3.3	Conclusiones	335
4	Primera cuestión metodológica: la necesaria «juridificación» de los aportes sociológicos	335
5	Segunda cuestión metodológica: el Derecho como sistema autopoietico.....	337
6	La prescripción de la pena como programa condicional del sistema del Derecho	339
7	La dimensión temporal de la teoría de la imputación objetiva	341
7.1	Dogmática penal y programación del sistema jurídico. Los conceptos jurídicos adecuados a la realidad	341
7.2	La aplicación, vía analogía in <i>bonam partem</i> , de los plazos de prescripción de la pena	342
7.3	La pérdida de la relación de sentido de unidad delictiva entre acción y resultado tardío. El alcance temporal del riesgo típico (o plazo de imputación)	344
8	Una necesaria distinción: genuinos resultados tardíos y resultados tardíos con implicaciones procesales	347
9	Conclusiones finales.....	349
	Referencias.....	350

ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL E DIREITO PENAL ECONÔMICO: CONSIDERAÇÕES SOBRE OS REQUISITOS PARA INCIDÊNCIA DO ART. 28-A NOS DELITOS ECONÔMICOS

	Adriane Garcel, Fábio André Guaragni, José Laurindo de Souza Netto	357
--	--	-----

	Introdução	357
1	O Acordo de Não Persecução Penal – ANPP	359
2	Os requisitos e a inaplicabilidade do ANPP.....	362
3	O procedimento do ANPP	365
4	A confrontação dos requisitos para incidência do ANPP com os delitos econômicos	366
4.1	O conceito de crimes econômicos	366
4.2	Os crimes econômicos no Brasil e a (in)compatibilidade com o ANPP	368
	Considerações finais.....	374
	Referências.....	375

BREVES COMENTÁRIOS SOBRE A NOVA LEI DE ABUSO DE AUTORIDADE

	Gláucio Roberto Brittes de Araújo	377
1	Introdução e problemas teóricos	377
2	Abusos nas medidas restritivas de liberdade.....	380
3	Abusos no tratamento do investigado	382
4	Abusos contra prerrogativas de defesa.....	383
5	Reflexões pontuais sobre outras formas de abuso.....	385
6	Conclusões.....	386
	Referências.....	387

ENCARCERAMENTO: CASTIGO OU PUNIÇÃO LEGAL?

	Rosane Ramos de Oliveira Michels	389
	Introdução	389
1	A genealogia do castigo	390
1.1	Finalidade, sentido e efeitos do castigo.....	391
1.2	A cruel domesticação do homem.....	393
1.3	A limitação ao direito de punir	395
2	A evolução histórica do castigo	397
2.1	O eterno retorno	398
2.2	A humanização das penas.....	400
2.3	A abolição dos meios violentos	401
	Conclusão	404
	Referências.....	406

JUIZ DAS GARANTIAS: O MODELO ACUSATÓRIO E OS PODERES INSTRUTÓRIOS DO JUIZ

	Carina Lucheta Carrara.....	409
I	Introdução	409
II	Dos sistemas processuais	410
III	Do juiz das garantias.....	413
IV	Dos poderes instrutórios e função social do processo	420
V	Do reforço empírico	427
VI	Conclusão	428
	Referências.....	429

POLÍTICA DE ALTERNATIVAS PENAIS E TECNOLOGIAS DE ANÁLISE DE RISCO: UMA PROPOSTA MINIMALISTA DE CONVERGÊNCIA

	Tiago Dias da Silva.....	431
1	Introdução	431
2	A política brasileira de alternativas penais.....	433
2.1	A reação do Poder Judiciário ao encarceramento em massa através do CNJ	433
2.2	A Resolução nº 288/2019 do CNJ.....	435
2.3	Alternativas penais: desafios	437
2.4	Alternativas penais e sistemas informatizados.....	439
3	Tecnologia e gestão da criminalidade: prós e contras da lógica atuarial	441
3.1	Os instrumentos de análise de risco e a lógica atuarial	441
3.2	Riscos de conflitos com os direitos fundamentais	444
4	Tecnologia atuarial e alternativas penais: o minimalismo como ponto de convergência	445
5	Conclusão	448
	Referências.....	449

APONTAMENTOS AO CRIME DE CORRUPÇÃO ELEITORAL À LUZ DA JURISPRUDÊNCIA DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

	Tarcísio Vieira de Carvalho Neto.....	453
--	---------------------------------------	-----

1	Introdução	453
2	Objeto jurídico.....	454
3	Análise do tipo.....	455
4	Sujeito ativo.....	457
5	Sujeito passivo	457
6	Elemento subjetivo.....	458
7	Consumação e tentativa.....	459
8	Ação penal e prova testemunhal.....	460
9	Independência das esferas	461
10	Conclusão	462
	Referências.....	462

POR UMA JUSTIÇA CRIMINAL MAIS EFICIENTE. PRAGMATISMO, CONSENSUALISMO E TECNOLOGIA

Anderson de Paiva Gabriel.....		469
1	Introdução: por um maior pragmatismo no processo penal brasileiro.....	469
2	O consensualismo e o processo penal brasileiro.....	474
3	As ferramentas tecnológicas e o sistema de justiça penal	481
4	Conclusão	488
	Referências.....	490

REFLEXÕES SOBRE ATIVISMO JUDICIAL NO CONTEXTO DA DECLARAÇÃO DO ESTADO DE COISAS INCONSTITUCIONAL

Cláudia Vieira Maciel de Sousa		493
1	Introdução	493
2	Conceito e origem do estado de coisas inconstitucional	494
3	O caos no sistema prisional brasileiro como causa de pedir da ADPF nº 347	497
4	O pedido e a decisão do STF	501
5	A análise da inserção da declaração de ECI no ordenamento jurídico brasileiro – ativismo ou judicialização da política?	504
5.1	O posicionamento da doutrina.....	508
6	Desenvolvimento do problema da pesquisa	510
7	Conclusão	511
	Referências	513

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA EM FOCO: A JUSTIÇA RESTAURATIVA É UMA ABORDAGEM PLAUSÍVEL?

Sandra Magali Brito Silva Mendonça, Juliana Tonche		515
1	Introdução	515
2	O intrincado problema da violência doméstica	517
3	Sistema penal, prisão e violência doméstica	518
4	A categoria gênero e o processamento das violências no sistema de justiça criminal...520	
5	Violência contra as mulheres no Brasil	522
6	Os grupos reflexivos com homens acusados de violência doméstica	524
7	A justiça restaurativa como outro modelo de intervenção.....	524
8	Justiça restaurativa e violência doméstica	527
9	Conclusões.....	530
	Referências.....	531

DESAFIO AOS JUÍZES: PROTEÇÃO DA POPULAÇÃO CARCERÁRIA TRANSGÊNERA COM RESPEITO AOS DIREITOS DA MULHER PRESA

Tatiana Almeida de Andrade Dornelles		535
Introdução		535
1	Estado da arte: quem são os personagens envolvidos e qual a legislação que lhes protege	536
1.1	Personagens da disputa.....	536
1.2	Legislação pertinente	540
1.3	Ações constitucionais: ADIN nº 4.275 e ADPF nº 527	542
2	Considerações sobre o alojamento de homens biológicos em presídios de mulheres ...544	
2.1	A opinião dos acadêmicos.....	544
2.2	Críticas à posição acadêmica majoritária.....	546
	Conclusão	549
	Referências.....	550

A INDISPONIBILIDADE DA AÇÃO PENAL NO BRASIL NO PROCESSO PENAL ACUSATÓRIO

Antonio Henrique Graciano Suxberger	553
1 Introdução	553
2 A dimensão do problema: crimes de ação penal pública	554
3 A possibilidade condenatória como decorrência da singularidade acusatória.....	556
4 A vedação de múltipla persecução penal	558
5 Modelo acusatório e suas possibilidades de conformação.....	560
6 Conclusões	562
Referências	563

O ESTADO DE COISAS INCONSTITUCIONAL NO SISTEMA PENITENCIÁRIO E O PAPEL DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NOS PROCESSOS ESTRUTURAIIS

Marcus Vinicius Furtado Coêlho	565
Introdução	565
1 O sistema penitenciário brasileiro e o “estado de coisas inconstitucional”	566
2 O reconhecimento do estado de coisas inconstitucional nos presídios e seu impacto em decisões posteriores – precedentes relevantes	570
3 Processos estruturais e o estado de coisas inconstitucional.....	573
Conclusão	576
Referências.....	577

SOBRE OS AUTORES.....	579
-----------------------	-----

SOBRE OS AUTORES

Adriane Garcel

Mestranda em Direito no Centro Universitário de Curitiba (Unicuritiba). Assessora jurídica do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. Mediadora judicial.

Alexandre de Moraes

Ministro do Supremo Tribunal Federal. Professor livre-docente da USP e titular pleno do Mackenzie. Foi Ministro da Justiça e titular das Secretarias de Segurança Pública e de Justiça do Estado de São Paulo.

Anderson de Paiva Gabriel

Doutorando e mestre em Direito Processual pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Pesquisador visitante (*visiting scholar*) na *Berkeley Law School (University of California-Berkeley)*. Especialista em Direito Público e Privado pelo ISMP, em Direito Constitucional pela UNESA e em Gestão em Segurança Pública pela UNISUL. Professor de Direito Processual Penal da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (EMERJ) e da Escola de Administração Judiciária (ESAJ). Ex-delegado de Polícia na PCERJ e PCSC. Membro do Comitê Gestor de Segurança da Informação (CGSI) do TJRJ, do Conselho Editorial da Revista da EMERJ, do Instituto Brasileiro de Direito Processual (IBDP), do Fórum Nacional de Juizes Criminais (FONAJUC) e do Conselho da HSSA (Humanities & Social Sciences Association) da University of California-Berkeley. Juiz de Direito do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

André Guaragn

Doutor e mestre em Direito das Relações Sociais (UFPR). Professor de Direito Penal Econômico do PPGD do Unicuritiba. Procurador de Justiça do Ministério Público do Estado do Paraná.

Antonio Henrique Graciano Suxberger

Doutor e mestre em Direito. Estágio pós-doutoral no *Ius Gentium Conimbrigae* da Universidade de Coimbra. Professor titular do programa de mestrado e doutorado do UniCEUB e dos cursos de especialização da FESMPDFT e da ESMPU. Promotor de Justiça no Distrito Federal.

Bruno Hermes Leal

Mestre em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Juiz Federal em Boa Vista/RR – Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Juiz Eleitoral do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima.

Carina Lucheta Carrara

Mestranda em Direito Constitucional – Sistema Constitucional de Garantia de Direitos – pela Instituição Toledo de Ensino de Bauru (ITE). Professora na Faculdade de Direito Anhanguera de Jaú/SP. Juíza de Direito Titular da 1ª Vara Criminal da Comarca de Jaú – Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Carlos Shikara Vásquez Shimajuko

Professor de Derecho Penal. Advogado e sócio do Escritório Vásquez Boyer & Abogados Asociados.

Cezar Roberto Bitencourt

Doutor de Direito Penal pela Universidade de Sevilha, professor do mestrado da Faculdade do Colégio Damas de Instrução Cristã, Procurador de Justiça aposentado, ex-professor e cocriador do programa de pós-graduação em Ciências Criminais da PUCRS, professor convidado desse programa de pós-graduação da PUCRS, professor de Direito Penal da PUCRS por mais de vinte anos, professor convidado de programas de pós-graduação da Espanha e da Argentina, advogado criminalista sediado em Brasília e autor de mais de três dezenas de livros de Direito Penal.

Cláudia Vieira Maciel de Sousa

Mestre em Direitos Humanos e Sistemas de Justiça pela Universidade Federal de Rondônia. Especialista em Ciências Criminais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Especialista em Direito pela Escola da Magistratura de Rondônia. Juíza de Direito do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia.

Daniel Castro Gomes da Costa

Pós-doutor em Direito pela Universidade de Coimbra. Doutor e mestre pela Universidade Autónoma de Lisboa. Desembargador Eleitoral do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul. Advogado.

Edson Medeiros Branco Luiz

Doutor e mestre em Ciência Política pela Universidade Federal Fluminense. Diretor-Geral e professor dos cursos de Direito da Faculdade de Tecnologia e Ciência (UniFTC-BA). Professor da Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região. Pesquisador assistente do “Laboratório de Política Externa”/ LEPEB-UFF. Advogado.

Fábio André Guaragni

Doutor e mestre em Direito das Relações Sociais (UFPR). Professor de Direito Penal Econômico do PPGD do Unicuritiba. Procurador de Justiça do Ministério Público do Estado do Paraná.

Francisco de Assis Machado Cardoso

Mestrando em Direito Penal e Processual Penal (Justicia Criminal) pela Universidade Carlos III de Madrid. Especialista em investigações financeiras e ilícitos fiscais pela Guardia de Finanza/OECD Academy. Especialista em Criminologia pelo Instituto Superior do Ministério Público (IEP). Especialista em Inteligência Estratégica pela Escola Superior de Guerra do Brasil (ESG). Especialista em Inteligência de Estado pela Agência Brasileira de Inteligência (ABIN). Especialista em Inteligência de Segurança Pública pela SSP/RJ. Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro.

Frederico Augusto Leopoldino Koehler

Mestre em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Instrutor no STJ. Formador e conteudista da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (ENFAM). Professor adjunto da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Professor do mestrado profissional da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (ENFAM). Membro e secretário-geral adjunto do Instituto Brasileiro de Direito Processual (IBDP). Membro e secretário-geral da Associação Norte-Nordeste de Professores de Processo (ANNEP). Juiz Federal.

Gabriel de Jesus Tedesco Wedy

Pós-doutor em Direito e *visiting scholar* pela *Columbia Law School*/Estados Unidos e pela Universidade de Heidelberg/Alemanha. Mestre e doutor em Direito pela PUCRS. Professor do programa de pós-graduação e na Escola de Direito da Unisinos. Professor na Escola Superior da Magistratura Federal (ESMAFE/RS). Ex-Presidente da Associação dos Juizes Federais do Brasil (AJUFE). Ex-Presidente da Associação dos Juizes Federais do Rio Grande do Sul (AJUFERGS). Juiz Federal.

Gláucio Roberto Brittes de Araújo

Pós-doutorando na Faculdade de Coimbra. Doutor em Direito Penal da USP. Mestre em Direito Penal pela PUC-SP. Especialista em Direito Público pela EPM. Foi juiz instrutor no STF. Professor de Direito Penal e coordenador adjunto de Processo Penal da Escola Paulista da Magistratura. Palestrante convidado pela ESMP, PUC-SP, Mackenzie e outras instituições. Parecerista da revista do CNJ. Juiz Criminal em São Paulo.

Humberto Barrionuevo Fabretti

Doutor e mestre em Direito Político e Econômico pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM). Professor da Faculdade de Direito da Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM) e do mestrado da Escola Paulista de Direito (EPD). Líder do Grupo de Pesquisa Segurança Pública e Cidadania.

Humberto Dalla Bernardina de Pinho

Pós-doutor pela *University of Connecticut School of Law*, instituição na qual é também professor visitante. Doutor e mestre pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Professor emérito da Escola do Ministério Público do Rio de Janeiro. Editor da Revista Eletrônica de Direito Processual (REDP) e coordenador do Grupo de Pesquisa Observatório da Mediação e da Arbitragem (CNPQ). Professor titular de Direito Processual Civil na UERJ, na Estácio e no IBMEC. Membro do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro e assessor internacional do Procurador-Geral de Justiça.

Humberto Martins

Ministro Presidente do Superior Tribunal de Justiça. Bacharel em Direito pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL) e bacharel em Administração de Empresas pelo Centro de Estudos Superiores de Maceió (CESMAC). Iniciou as suas atividades jurídicas como Promotor de Justiça no Estado de Alagoas, passando, posteriormente, à advocacia, tendo sido Procurador do Estado de Alagoas. Ocupou a Presidência da OAB – Seccional de Alagoas no triênio 1998-2000, reeleito para o triênio 2001-2003. Em 2002, foi nomeado Desembargador para o Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas. Em 2006 foi nomeado Ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), tendo ocupado as funções de Ouvidor do STJ, Corregedor-Geral da Justiça Federal, Presidente da Turma Nacional de Uniformização (TNU), Diretor do Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal e Diretor-Geral da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados Sálvio de Figueiredo Teixeira (ENFAM). Além das funções judicantes, desenvolve atividades acadêmicas, proferindo palestras e escrevendo artigos, bem como atividades editoriais e de pesquisa como Membro do Conselho de Orientação Jurisprudencial da Revista de Direito Civil Contemporâneo (RDCC), da Thompson Reuters – Revista dos Tribunais; Coordenador da coluna Direito Civil Atual, da revista Consultor Jurídico; e Membro da Rede de Pesquisa de Direito Civil Contemporâneo (USP, Universidade de Lisboa, Universidade de Girona, UFPR, UFSC, UFPE, UFRGS, UFF e UFMT).

Jorge André de Carvalho Mendonça

Doutor em Direito Processual pela Universidade Católica de Pernambuco. Pesquisador visitante na Universidade de *Duke* nos Estados Unidos, com doutorado sanduíche reconhecido no Brasil. Mestre em Direito Penal pela Universidade Federal de Pernambuco. Especialista em Direito Processual Público pela Universidade Federal Fluminense. Formador e conteudista da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (ENFAM). Professor do mestrado da Faculdade Damas. Juiz Federal.

José Antônio Dias Toffoli

Ministro do Supremo Tribunal Federal. Ex-Presidente do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça; ex-Presidente do Superior Tribunal Eleitoral (2014-2016); ex-Advogado-Geral da União (2007-2009); ex-Subchefe para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República (2003-2005).

José Laurindo de Souza Netto

Doutor em Direito pela (UPFR), com estágio de pós-doutorado pela Faculdade de Direito da Universidade Degli Studi di Roma “La Sapienza”. Professor de Direito Processual do PPDG do UNIPAR. Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

Juliana Tonche

Doutora em Sociologia pela Universidade de São Paulo. Pesquisadora de pós-doutorado do programa de pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia. Docente do mestrado profissional em Segurança Pública, Justiça e Cidadania (UFBA).

Lucas Ramos Krause dos Santos Rocha

Mestre em Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Pesquisador e assistente de ensino da FGV DIREITO RIO.

Luiz Henrique Camandaroba Castelo Requião

Especialista em Direito. Coordenador e professor do curso de Direito da Faculdade de Tecnologia e Ciência (UniFTC-BA) na Unidade Comércio. Advogado.

Marco Adriano Ramos Fonsêca

Mestrando em Direito e Instituições do Sistema de Justiça do Programa de mestrado acadêmico da Universidade Federal do Maranhão. Especialista em Direito Processual pela Universidade da Amazônia (UNAMA). Professor licenciado da Faculdade de Educação São Francisco (FAESF). 3º Vice-Presidente da Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA). Juiz de Direito da 1ª Vara de Pedreiras/MA.

Marcus Abraham

Pós-doutor pela Faculdade Nacional de Direito (UFRJ) e pela Universidade de Lisboa. Doutor em Direito Público (UERJ). Professor associado de Direito Financeiro e Tributário da UERJ. Desembargador Federal no Tribunal Regional Federal da 2ª Região.

Marcus Vinicius Furtado Coêlho

Doutor em Direito pela Universidade de Salamanca. Presidente Nacional da OAB de 2013 a 2016. Presidente da Comissão Constitucional da OAB Nacional de 2016 a 2019. Membro da Comissão do Senado Federal que elaborou o atual CPC. Advogado.

Maria Benedita Malaquias Pires Urbano

Professora da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Juíza Conselheira do Supremo Tribunal Administrativo de Portugal.

Miguel Tedesco Wedy

Doutor em Ciências Jurídico-Criminais pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Decano da Escola de Direito da Unisinos. Advogado criminalista.

Ney de Barros Bello Filho

Pós-doutor em Direito (PUCRS). Doutor (UFSC). Mestre (UFPE). Professor da Universidade de Brasília (UnB). Desembargador Federal (TRF/1ª Região).

Nilson Soares Castelo Branco

Especialista em Direito Público. Atual Diretor-Geral da Universidade Corporativa do TJBA e Diretor da Escola de Magistrados da Bahia no biênio 2018-2019. Desembargador do TJBA.

Og Fernandes

Ministro Superior Tribunal de Justiça

Paula Andrea Ramírez Barbosa

Doctora en Derecho. Universidad de Salamanca. Profesora Universidad Externado de Colombia. Procuradora ante la Corte Suprema de Justicia de Colombia.

Rafael Schwez Kukowski

Doutorando em Direito pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Mestre em Direito pelo Centro Universitário de Brasília (UNICEUB). Especialista em Gestão Acadêmica do Ensino Superior pela Faculdade Pio Décimo (FAPIDE). Integrante do grupo de pesquisa Tutela Penal dos Interesses Difusos da Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT). Professor licenciado de Processo Penal e de Execução Penal da Faculdade Pio Décimo (FAPIDE). Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado de Sergipe.

Reynaldo Soares da Fonseca

Pós-doutor em Democracia e Direitos Humanos pelo Centro de Direitos Humanos (IGC) da Universidade de Coimbra. Doutor em Direito Constitucional pela Faculdade Autônoma de São Paulo (FADISP), com pesquisa realizada na Universidade de Siena na Itália. Mestre em Direito Público pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Professor adjunto da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), em colaboração técnica na Universidade de Brasília (UnB). Professor do Mestrado Profissional da UnB. Ministro do Superior Tribunal de Justiça.

Roberto Carvalho Veloso

Doutor e mestre em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco. Coordenador do programa de pós-graduação em Direito e Instituições do Sistema de Justiça da Universidade Federal do Maranhão. Professor associado da Universidade Federal do Maranhão dos cursos de graduação e do programa de mestrado em Direito e Instituições do Sistema de Justiça. Professor colaborador da Universidade Autônoma de Lisboa – Portugal. Membro do Conselho Superior da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (ENFAM). Ex-presidente da Associação dos Juízes Federais do Brasil (AJUFE). Juiz Federal da Seção Judiciária do Maranhão.

Rosane Ramos de Oliveira Michels

Especialista em Direito Penal e Processual Penal pela UFRGS. Especialista em Filosofia Contemporânea pela IMED. Presidente da 2ª Turma Recursal da Fazenda Pública de Porto Alegre.

Sandra Magali Brito Silva Mendonça

Especializada em Direito Civil e Processo Civil (UNESA). Discente da especialização em Justiça Restaurativa (FMT) e do mestrado profissional em Segurança Pública, Justiça e Cidadania (UFBA). Magistrada em exercício no Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, na Vara da Infância e Juventude da Comarca de Ilhéus, e Coordenadora do CEJUSC Ilhéus-BA.

Sérgio Silveira Banhos

Pós-doutor em Direito pela Universidade de Coimbra. Doutor e mestre pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Ministro do Tribunal Superior Eleitoral. Subprocurador-Geral da Procuradoria-Geral do Distrito Federal. Advogado.

Tarcisio Vieira de Carvalho Neto

Pós-doutor em Democracia e Direitos Humanos (Direito, Política, História e Comunicação) pelo *Ius Gentium Conimbrigae*, da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Doutor e mestre em Direito do Estado pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (FD/USP). Ministro do Tribunal Superior Eleitoral. Professor adjunto da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília (FD/UnB). Subprocurador-geral do Distrito Federal. Advogado.

Tatiana Almeida de Andrade Dornelles

Mestre em Criminologia e Execução Penal, *Universitat Pompeu Fabra*, Barcelona, Espanha. Especialista em Segurança Pública e Justiça Criminal pela PUCRS. Especialista em Direito Aplicado ao Ministério Público Federal (ESMPU). Procuradora da República no município de Santa Maria/RS.

Thiago Bottino do Amaral

Pós-doutor pela *Columbia Law School*. Doutor e mestre em Direito Constitucional pela PUC-Rio. Professor do corpo docente permanente do mestrado e do doutorado em Direito e Regulação e coordenador do curso de graduação em Direito da FGV DIREITO RIO. Professor associado da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO).

Tiago Dias da Silva

Mestrando em Direito e Gestão de Conflitos pela Universidade de Fortaleza (UNIFOR). Especialista em Direito Constitucional pela Faculdade Ibmec São Paulo e em Ciências Criminais pela Faculdade de Ciências Humanas e Jurídicas de Teresina. Juiz de Direito no Tribunal de Justiça do Estado do Ceará (Titular da 2ª Vara da Comarca de Acaraú-CE).